

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.538 - SP (2018/0337110-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
AGRAVADO : CARMEN SILVIA LAUDISIO CORREA
ADVOGADO : CARMEN SÍLVIA LAUDISIO CORRÊA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP041886

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, fundada na indevida negativa de custeio do tratamento prescrito.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Não incide a prescrição ânua, própria das relações securitárias (arts. 178, §6º, II, do CC/1916 e 206, § 1º, II, do CC/2002), nas ações que discutem direitos oriundos de planos de saúde ou de seguros saúde, dada a natureza sui generis desses contratos. Precedentes. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
4. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BRADESCO SAÚDE S/A, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 23/03/2016.

Concluso ao gabinete em: 21/12/2018.

Ação: de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, ajuizada por CARMEN SILVIA LAUDISIO CORREA, em face da agravante, fundada na indevida negativa de custeio do tratamento prescrito.

Sentença: julgou parcialmente procedente a ação para condenar a agravante a custear o procedimento necessário, conforme prescrição médica,

com atualização monetária pela Tabela Prática do TJ/SP desde as datas dos desembolsos e juros de mora legais contados da citação.

Diante da sucumbência recíproca, condenou cada parte a arcar com as custas que já suportaram, bem como honorários dos respectivos procuradores.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

Apelação. Plano de saúde. Cominatória. Indenização por danos morais. Prescrição. Inocorrência. Inaplicabilidade da regra descrita no artigo 206, §1º, II, do Código Civil. Prazo decenal. Artigo 205, do Código Civil. Pet Scan. Negativa de cobertura que viola a natureza do contrato de plano de saúde.

Recurso improvido.

Recurso especial: alega violação dos arts. 205, 206, §1º, II, “b”, e 757, do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial.

Afirma tratar-se de contrato de seguro saúde e que o prazo prescricional aplicável seria o anual.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à natureza do contrato celebrado, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da Súmula 568/STJ

As duas Turmas de Direito Privado do STJ entendem que não incide a prescrição anual, própria das relações securitárias (arts. 178, §6º, II, do CC/1916 e 206, § 1º, II, do CC/2002), nas ações que discutem direitos oriundos de planos de saúde ou de seguros saúde, dada a natureza sui generis desses

contratos. Nesse sentido: REsp 1360969/RS, 2ª Seção, DJe de 19/09/2016; AgInt no REsp 1726265/SP, 3ª Turma, DJe de 8/6/2018; e AgInt no REsp 1663710/SP, 4ª Turma, DJe de 07/11/2017.

Na hipótese, o Tribunal de origem, ao afastar a prescrição anual decidiu em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora